

O Programa Universidade para Todos (PROUNI) no contexto das políticas públicas de Educação, Trabalho e Juventude.

Fabiana Souza da Costa¹

¹ **Fabiana de Souza Costa** é doutora em Educação pela PUC-SP; autora do Livro ProUni: o olhar dos estudantes beneficiários; Presidente do Centro de Estudos e Memória da Juventude – CEMJ (Gestão 2008-2010); Coordenadora Geral de Relações Estudantis do Ministério da Educação/Brasil (2013-2014); Docente da Universidade Federal do Sul da Bahia desde 2014.

RESUMO

Este artigo visa compreender a articulação entre o tema da Educação Superior, Trabalho e Juventude no Brasil, tendo por referência o Programa Universidade para Todos (PROUNI). O Programa foi instituído em 2005, e se constitui como uma política pública educacional que possibilita o acesso de jovens de baixa renda à Educação Superior privada, e que até o ano de 2012 já beneficiou mais de 1 milhão de jovens em todo o país. Partimos da seguinte reflexão: O ProUni, enquanto uma Política Pública de Acesso à Educação Superior, possibilitou melhores condições de inserção no mercado de trabalho, assim como melhorias na condição socioeconômica dos seus egressos? Como hipótese inicial do estudo, partimos da premissa de que o acesso aos níveis educacionais, desde a educação fundamental até o nível superior, isoladamente, não são suficientes para garantir uma ascensão social, mas sem o acesso à educação, certamente torna-se mais difícil uma evolução desses jovens na escala social brasileira.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Educação Superior; Trabalho; Acesso; Juventude.

INTRODUÇÃO

O Programa Universidade para Todos (PROUNI) se constitui como uma política pública educacional que atende majoritariamente a juventude, e surge no contexto da demanda de ampliação do acesso à Educação Superior no Brasil, em especial por parte de segmentos sociais excluídos do sistema educacional, em função das dificuldades de ingressar na universidade. Por um lado, esse contexto se dá pela redução de vagas na Educação Superior pública e, por outro, pela dificuldade de arcar com custos das mensalidades na universidade privada, mesmo com a expansão de vagas desse setor ocorrida na década de 1990. Nestes segmentos, está inserida grande parte da juventude brasileira.

O Brasil está vivenciando um processo denominado bônus demográfico, que se constitui com o aumento do contingente de pessoas em idade produtiva. Há uma redução do peso das crianças e dos idosos na economia, e, consequentemente, uma ampliação do peso dos adultos no setor produtivo. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), esse fenômeno não ultrapassará o ano de 2030 e só acontece uma vez em cada país. Atualmente no Brasil, há 51,3 milhões de jovens entre 15 e 29 anos.

O jovem possui especificidades e demandas que precisam ser levadas em conta pelo poder público. Ao abordarmos o tema da juventude, é necessário levarmos em conta a heterogeneidade dos grupos juvenis, conforme suas vivências e experiências ao longo da vida, pois a transição da adolescência para a fase adulta tem se tornado cada vez mais complexa, gerando demandas sociais específicas desse segmento.

Com essa nova realidade social, é preciso ver a juventude para além da inclusão e participação. É necessário criar condições e prever políticas públicas que visem à ampliação dos postos de trabalho, a garantia de inserção dos jovens no mercado de trabalho, a ampliação dos direitos sociais e a redução das desigualdades no Brasil.

O PROUNI surge como uma oportunidade de acesso à Educação Superior. O Programa atingiu em 2014 a marca de mais de 1,4 milhão de estudantes matriculados (Ministério da Educação, 2014). Desde 2005, já concluíram a graduação mais de 390.000 estudantes em todo o Brasil.

O acesso à universidade para esses jovens representa uma nova perspectiva de ampliar o conhecimento, as relações sociais, as possibilidades de formação profissional, o acesso ao mercado de trabalho e a mobilidade social. Além disso, destacamos a importância da conquista de um direito negado até então a esses jovens – o acesso à Educação Superior.

O Programa Universidade Para Todos

Em 2014 se completou 10 anos de implementação do PROUNI, desde a edição da Medida Provisória nº 213 de 10 de setembro de 2004. O Programa foi apresentado como uma resposta imediata à demanda de acesso à Educação Superior aos jovens de baixa renda, que por diversos motivos estariam excluídos da universidade. O público-alvo do Programa são estudantes egressos da rede pública de ensino e professores da rede pública de ensino básico que não possuem curso superior. O Programa possui também uma política de cotas pelas quais as bolsas de estudo para negros e indígenas são concedidas de acordo com a proporção dessas populações em cada estado.

O ingresso na universidade para os alunos do PROUNI representa uma nova perspectiva de ampliar o universo de conhecimento e as relações sociais, além da possibilidade de adquirir formação profissional. A conclusão de uma graduação pode contribuir para que esses alunos obtenham um melhor preparo para inserção no mercado de trabalho. No entanto, temos que considerar outros fatores para essa inserção, dentre eles, maiores oportunidades de acesso a um emprego, através da ampliação dos postos de trabalho no Brasil. Nesse sentido, “a democratização do acesso à educação, à formação e à qualificação de boa qualidade é uma condição necessária para promover o trabalho decente para os jovens, embora não seja suficiente” (Organização Internacional do Trabalho, 2009).

O Estado tem um papel importante na definição,





na implementação e na garantia de acesso aos beneficiários dessas políticas públicas, considerando os mesmos enquanto sujeito de direitos. Os beneficiários do PROUNI se constituem como uma parcela da juventude de baixa renda, sendo assim, a adoção de mecanismos que garantam ampliar as perspectivas de futuro para esses jovens deve ser muito cara ao poder público.

O PROUNI se configura como uma política pública com grande relevância social no atual contexto da Educação Superior. No entanto, representa uma iniciativa do poder público emergencial e conjuntural, no intuito de atender um contingente de jovens excluídos da universidade.

Os beneficiários do PROUNI são jovens de baixa renda e, levando em conta sua condição socioeconômica, a adoção pelo Estado de políticas que favoreçam tanto o ingresso quanto a permanência desses alunos na universidade, contribuiria para que os mesmos pudessem concluir sua trajetória escolar com maior tempo disponível para dedicação aos estudos.

Discutir e articular os temas educação e trabalho no atual momento do Brasil torna-se relevante no sentido de estabelecer condições mais favoráveis para a trajetória escolar e ocupacional da juventude.

Juventude, Educação e Mobilidade Social

A mobilidade social refere-se às mudanças de uma posição social para outra por parte de indivíduos ou grupos. Temos duas formas de mobilidade: a mobilidade horizontal e a mobilidade vertical.

Conforme o Dicionário de Política, “por mobilidade horizontal se entende o deslocamento ou passagem de uma posição social para outra, entre as quais não é possível estabelecer diferenças de níveis” (Bobbio et ál., 2008). Como exemplo de tipo de mobilidade horizontal, temos os trabalhadores que trocam de posto de trabalho na empresa, mas mantêm a mesma qualificação profissional, não alternando a estrutura social de sua condição.

A mobilidade vertical se constitui como a alteração da posição social de um indivíduo ou grupo, que pode ser ascendente ou descendente conforme a condição da mudança.

Conforme os atributos que se levam em consideração ao definir as várias camadas sociais, poderemos ter uma mobilidade econômica, política ou profissional; quando as diversas camadas se compõem em função da combinação destes atributos é que falamos de Mobilidade social

propriamente dita. (Bobbio et ál., 2008)

Os fatores para uma mobilidade social estão associados ao contexto político, social e econômico de um país, que interfere nas mudanças de modo geral no conjunto da população e de modo específico na vida dos indivíduos.

O Brasil vivencia um processo de recuperação do crescimento econômico e de ampliação dos postos de trabalho formal. Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE (2012), a taxa ou nível de ocupação (proporção de pessoas ocupadas em relação às pessoas em idade ativa) em fevereiro de 2012 foi de 53,6%.


A expansão dos postos de trabalho no Brasil, segundo Pochmann (2012), constitui-se como um movimento de expansão dos empregados de baixa remuneração e mostrou-se compatível com a absorção do excedente de força de trabalho gerado pelo neoliberalismo no Brasil.

O fortalecimento do mercado de trabalho resultou fundamentalmente na expansão do setor de serviços, o que significou a difusão de nove em cada grupo de dez novas ocupações com remuneração de até 1,5 salário mínimo mensal. Juntamente com as políticas de apoio às rendas na base da pirâmide social brasileira, como elevação do valor real do salário mínimo e massificação da transferência de renda, houve o fortalecimento das classes populares assentadas no trabalho. (Pochmann, 2012)

A soma dos fatores educação e ampliação da renda podem contribuir para a ascensão dos jovens no Brasil, mas não é uma garantia em termos de oportunidades e trajetória ascendente. Mesmo que esses jovens possuam uma mobilidade ascendente, ela pode se configurar simplesmente como leve ascensão social.

A instrução, no entanto, só funciona como canal de mobilidade ascendente quando o acesso aos vários níveis escolares é de algum modo limitado e seletivo, baseado em algum critério. Numa sociedade que garantisse a todos os cidadãos a obtenção dos níveis máximos de escolaridade, sem se modificar ao mesmo tempo a estrutura das ocupações, a instrução não serviria mais de canal de mobilidade. O aumento da escolaridade está, com efeito, ligado, nas sociedades avançadas, à depreciação do valor social dos títulos de estudo e, portanto, à diminuição da importância da escola como canal de mobilidade. (Bobbio et ál., 2008)

O aumento da escolaridade, associada à oportunidade de melhoria na renda, pode contribuir ou não para que a juventude consiga obter uma mobilidade social ascendente,



dependendo das expectativas e necessidades do setor produtivo. No entanto, outros fatores, como experiência profissional, cursos de formação e acesso a uma educação com qualidade, podem contribuir para as mudanças na sua condição.

Iniciar um processo de mobilidade em uma dada sociedade depende de mudanças estruturais e individuais. Do lado estrutural, as forças de maior impacto sobre a mobilidade social são as transformações dos vários setores da economia, o volume de emprego e o surgimento de novas ocupações. Do lado individual, destacam-se a educação, a experiência, a informação e o relacionamento. (Pastore, 1979)

O investimento na educação e na ampliação do acesso dos jovens à Educação Superior de qualidade pode ser importante na trajetória profissional e, conseqüentemente, na melhoria da sua condição socioeconômica. A educação é o mais importante e determinante das trajetórias sociais futuras dos brasileiros, relevância essa que vem crescendo ao longo do tempo (Pastore & Silva, 2000).

É necessária uma articulação entre o crescimento econômico, a distribuição de renda e a geração de emprego no país, pois, ao pensarmos em distribuição de renda e novas oportunidades para a juventude, devemos levar em conta que o Brasil precisa desenvolver sua economia e garantir investimentos públicos nas políticas sociais, os quais garantam oportunidades para sua população.

Uma sociedade sem mobilidade é uma sociedade estagnada que simplesmente reproduz sua estrutura social ao longo do tempo e, por isso, pouco pode oferecer em termos de promoção humana e progresso social. (Pastore, 1979)

É importante considerarmos que o acesso ao conhecimento e às oportunidades estão vinculados ao desempenho dos indivíduos, pois, mesmo assegurando a todos as mesmas condições, há diferenças em relação ao aproveitamento e o êxito nas trajetórias individuais. Temos que levar em conta as especificidades da juventude, uma vez que as habilidades também interferem na evolução e perspectiva educacional. Mesmo assim, as habilidades e competências individuais pouco adiantam se não forem combinadas com o crescimento econômico e ampliação dos postos de trabalho no país.

[...] quando as oportunidades são fartas e diversificadas, a questão de

sucesso ou fracasso de fato tende a restringir-se ao desempenho e às habilidades individuais que o indivíduo adquire na escola ou no trabalho. Mas, quando as oportunidades são limitadas e pouco diversificadas, a educação, experiência e habilidades pouco podem atuar para criar empregos e promover a mobilidade. (Pastore, 1979)

O acesso às políticas públicas da juventude, em especial a Educação Superior, configura-se como uma possibilidade e uma perspectiva de mobilidade social ascendente, ao proporcionar oportunidades de capacitação profissional, acesso ao conhecimento e ampliação do universo cultural. Tais fatores podem contribuir para melhor inserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, uma elevação da renda desses indivíduos. Os bolsistas do PROUNI, em geral, possuem uma elevação do grau de escolaridade se comparado com a escolaridade de seus pais. Tais mudanças podem ocasionar para esses jovens uma mobilidade tanto intergeracional, quanto intrageracional.

[...] as novas gerações apresentaram boas possibilidades de superar as condições de vida e trabalho das gerações anteriores (mobilidade intergeracional), com ascensão na trajetória ocupacional (mobilidade intrageracional). (Pochmann, 2007)

Temos que considerar a possibilidade de que mais de 1,4 milhão de jovens que tiveram acesso ao PROUNI, possam ter conseguido superar a trajetória educacional de seus pais. Para Pochmann (2007), a mobilidade social – enquanto indicador de que os jovens reproduzem condições de vida e trabalho superiores às de seus pais – contribui para o estabelecimento de expectativas coletivas positivas em relação ao futuro.

através das posições que oferecem gratificações mais modestas. Quanto maior o tempo de exposição no mercado de trabalho, maior é a probabilidade de mobilidade, ou seja, maior a probabilidade dos profissionais ajustarem suas características individuais às exigidas pelas posições. (Pastore, 1979)

Mesmo considerando que o Brasil passa por um processo de recuperação do crescimento e ampliação das oportunidades em relação às políticas sociais de distribuição de renda e ampliação do emprego, temos que levar em conta que ainda persiste uma enorme desigualdade social, potencializada ainda mais pelas desigualdades regionais, em especial nas regiões norte e nordeste.

Os Egressos do Prouni e as Diferentes Perspectivas sobre Qualificação Profissional e Acesso ao Mercado de Trabalho

Em 2012 desenvolvi pesquisa com 150 egressos de Instituições de Educação Superior (IES) na capital de São Paulo. A expectativa inicial da tese² foi demonstrar a relevância social da implementação de políticas públicas de acesso à educação superior, de modo a contribuir para a redução das desigualdades, possibilitando nova perspectiva socioeconômica aos jovens de baixa renda em nosso país e excluídos da universidade.

Os sujeitos foram jovens que concluíram a graduação pelo PROUNI em 2010 e 2011. Tivemos por referência a pesquisa qualitativa, e como instrumentos de coleta de dados a aplicação de questionários eletrônicos e entrevistas com os sujeitos.

A análise a seguir refere-se às ideias centrais contidas nas questões abertas dos questionários eletrônicos e das entrevistas. Destacaremos a seguir o tema da mudança na condição socioeconômica e perspectiva de inserção no mercado de trabalho.

Condição socioeconômica, qualidade de vida e atendimento das necessidades básicas

Os egressos identificam e reconhecem que a oportunidade de cursar uma graduação contribuiu de forma destacada tanto na oportunidade de acesso ao mercado de trabalho, como também na alteração de sua condição socioeconômica. Dentre as mudanças ocorridas na vida dos egressos após concluírem uma graduação, temos a elevação da renda e a mobilidade social.

Sim. No Estado de São Paulo, no qual resido, a concorrência no meu ramo de atividade é muito acirrada, todavia, por anteriormente eu me encontrar nas camadas mais baixas da população, ou seja, classe e/f, atualmente, houve, de fato, uma mobilidade social, proporcionando a elevação para outra classe, c. De fato, há ainda algumas necessidades que carecem ajustes, mas houve uma grande transformação. (Egr.1/39)

Eu acredito que a principal mudança na minha vida foi, além do conhecimento, a condição financeira, que com certeza sem formação a chance de encontrar um trabalho com um salário melhor, seria menor. (Egr.1/126)

A ampliação do acesso à Educação Superior de qualidade pode interferir na trajetória profissional e, conseqüentemente, na melhoria da condição socioeconômica dos egressos. Para Pastore (1979), melhorar de vida, para a grande maioria dos indivíduos, depende de mudar de status e subir na estrutura social. Além disso, melhorar a vida, mais precisamente, depende de mudar de status ocupacional. As mudanças nas perspectivas dos egressos não estão associadas somente aos aspectos socioeconômicos, mas também na ampliação das suas perspectivas de crescimento pessoal e profissional.

O acesso à Educação Superior representa para os sujeitos da pesquisa a ampliação dos conhecimentos e uma compreensão maior do seu papel político e social.

As mudanças atingem todos os níveis de minha vida, principalmente cultural, econômico, mas também de acesso a outros mecanismos facilitadores da vida em sociedade, tais como - engajamento político e social. Mas, mais que mudanças financeiras, o aumento no nível intelectual é o maior e melhor benefício que recebi depois de ter concluído a graduação pelo PROUNI. (Egr.1/39)

O direito à educação é parte do reconhecimento da importância do saber para o indivíduo, e da aquisição de uma consciência social para interferir nas transformações do seu meio social. Cury (2002) afirma que o acesso à educação é também um meio de abertura que dá ao indivíduo uma chave de autoconstrução e de se reconhecer como capaz de opções. Além disso, para o autor, o direito à educação é uma oportunidade de crescimento cidadão, um caminho de opções diferenciadas e uma chave de crescente estima de si.

A elevação da autoestima surge com destaque nas respostas dos egressos numa perspectiva de se sentirem mais confiantes para estabelecerem projetos profissionais e se posicionarem melhor no mercado de trabalho.

Me trouxe mais autoestima, confio mais em mim e no que sou capaz. Além disso, as pessoas, não apenas do mercado de trabalho, mas, em geral, te olham de outra forma. (Egr.1/60)

A autoestima, pois na minha infância havia traçado uma meta de chegar na idade onde me encontro hoje com um conhecimento adquirido em uma faculdade. Hoje vejo que essa meta a longo prazo se concretizou. Na verdade, foi mais um de meus sonhos que consegui realizar, graças a

² O ProUni e seus egressos: uma articulação entre educação, trabalho e juventude. Tese (Doutorado). São Paulo.

Deus em primeiro lugar e em segundo lugar ao PROUNI, que vem dando muitas oportunidades a jovens iguais a mim, que não tiveram condições de entrar em faculdades públicas, por questão do cotidiano, entrar em faculdade boas que oferecem bons cursos, nos preparando assim para o mercado de trabalho que cada vez mais tem sido tão concorrido, onde só os que realmente estão preparados alcançarão altos lugares. (Egr.1/69)

Se por um lado, a graduação representa uma ampliação das perspectivas profissionais e pessoais, por outro lado, os salários atuais não atendem as necessidades básicas para 62,1% dos egressos.

De acordo com as justificativas dos egressos, o custo de vida em São Paulo é muito elevado e os salários não condizem com as demandas relacionadas às necessidades básicas, que incluem o acesso a planos de saúde, moradia, transporte, lazer, educação, cultura, entre outros.

Não. Porque hoje em dia o custo de vida está muito elevado, com excesso de impostos que ocasionam o aumento de produtos usufruídos no dia-a-dia, como convênio médico, alimentação, moradia etc., impossibilitando ter uma tranquilidade no final do mês, ou permitir ter um acesso a uma cultura maior, ou possibilitar fazer cursos de aperfeiçoamento. (Egr.1/9)

Não. Porque na verdade a faixa salarial paga em nosso país deixa a desejar, e todas essas necessidades deveriam ser passadas independente do que eu ganho, pois pagamos altíssimos impostos, que deveriam ser empregados em todos os itens básicos citados. Mas com o meu trabalho atual consigo ter um bom plano de saúde e odontológico, lazer, sim, consigo até de vez em quando acesso. Educação, só mesmo pagando, pois, como já concluí com bolsa pelo PROUNI, não consigo outra para novos estudos e novas descobertas. Tenho que me preparar um pouco mais, até que eu consiga outra vaga em uma empresa onde possa ganhar melhor salário, o que até mesmo nessa, possa ter meu trabalho reconhecido e uma alavancada na função. E em relação à cultura, sempre que posso acompanho as agendas de Centros Culturais espalhados pela cidade. Hoje São Paulo tem muita coisa boa de ver, e o melhor, a maioria grátis. Só não se informa quem não quer independente de um emprego, mas, claro, que precisamos dele até mesmo para pagar uma condução e outras coisas mais. (Egr.1/70)

Não. Porque o salário que ganho atualmente não possibilita que algumas necessidades sejam atendidas, tais como convênio médico entre outras coisas. (Egr.1/81)

No cenário de recuperação do emprego atualmente no Brasil, os egressos do PROUNI têm a oportunidade de

acesso ao emprego formal e aos bens de consumo. Nesse novo contexto se ampliam as demandas, em especial, no acesso a saúde, educação, transporte e moradia. Os salários nem sempre são suficientes para suprir tais demandas.

No entanto, para 37,9% dos egressos, os salários são compatíveis com a atual demanda de acesso às necessidades básicas. Dentre as respostas, temos por destaque o aumento salarial, a evolução na carreira e o crescimento profissional, além de perspectivas de melhoria da remuneração atual.

Sim. Recebo muito mais do que um dia imaginei conseguir alcançar. (Egr.1/14)

Sim, pois o PROUNI abriu as portas da universidade, e isso me deu oportunidade de estágio, sendo que fui efetivada e hoje tenho condições de atender minhas necessidades básicas. (Egr.1/43)

Sim, mas pode melhorar. Acredito que quando estiver trabalhando como farmacêutica o meu salário melhore. (Egr.1/58)

Sim. Consigo manter o mesmo padrão de vida que tinha antes de cursar a graduação e começar a trabalhar na área com a vantagem que atualmente tenho melhores perspectivas de crescimento profissional graças à graduação e às pessoas que conheci durante o curso. (Egr.1/94)

Trajatória ocupacional, oportunidades e perspectivas no mercado de trabalho

Os egressos do PROUNI são jovens que ultrapassaram uma série de barreiras em suas trajetórias ocupacionais e de vida. Partem de uma condição de exclusão do sistema educacional superior brasileiro e têm a oportunidade de cursar uma graduação. Tal condição gera uma série de expectativas para esses egressos.

A trajetória ocupacional e educacional dos jovens é marcada por dificuldades e obstáculos no que se refere à transição escola-trabalho, nem sempre realizada nessa mesma ordem e de forma sequencial.

Como comecei a trabalhar muito cedo, isso teve um impacto muito negativo na minha vida de estudante. Tive que parar de estudar por várias vezes. Inclusive a primeira série eu tive que parar de estudar, foi na terceira série do ensino fundamental, ensino básico. Depois de lá pra cá eu só fui começar e ter uma vida mais regular depois da 7ª série do ensino fundamental. (Entr. 3)



A necessidade de ajudar na renda familiar surge com destaque nos relatos, além de outros fatores que interferem e contribuem para o início precoce das trajetórias ocupacionais dos egressos.

Com 12, 13 anos eu já estava trabalhando em algum lugar pra ter um pouquinho de renda pra ajudar em casa. Então passei desde as oficinas de bairro, como serralheria, oficina mecânica, funilaria, e depois com 15 anos eu já estava no mercado de trabalho já registrado como Office boy numa empresa que trabalhei e sai de lá como assistente administrativo com 17 anos. (Entr. 3)

Trabalho desde cedo. Trabalhei com meu pai, ele tinha um mercadinho de subsistência. Trabalho com ele desde meus 10 anos, e aí quando fiz 16 anos de idade em que poderia trabalhar fora, fui trabalhar com telemarketing. (Entr. 4)

Eu voltei pra SP com 15 anos pra morar com minha mãe, numa situação com muitas dificuldades financeiras, e no fundo da casa da minha tia, em um cômodo. Ali comecei a fazer meus primeiros bicos. Não era uma inserção no mercado de trabalho, mas eram alguns bicos aqui outros ali, trabalhava fazendo panfletagem na Estrada do Campo Limpo. Emprego formal foi um pouco mais tarde. (Entr. 5)

As dificuldades enfrentadas pelos egressos podem provocar consequências e implicações nessas trajetórias, e podem ser, em alguns casos, irreversíveis. Segundo Pochmann (2007), dependendo de como o jovem ingressa no mercado de trabalho, podem ser abertas ou fechadas as portas de acesso que definirão sua trajetória.

Segundo Corrochano (2011), ao analisarmos o contexto da inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho, permite-se construir um consenso: a juventude de nosso país é uma juventude trabalhadora. No entanto, boa parte dos jovens está em busca de trabalho ou trabalha de maneira precária.

Na pesquisa também identificamos situações em que o egresso iniciou sua trajetória ocupacional um pouco mais tarde, após o início da graduação conforme o relato a seguir.

Considerando toda a minha trajetória, na prática eu comecei quando eu estava para fazer 19 para 20 anos. Estava no 3º ano da Universidade, fazendo a faculdade de administração. No 3º ano eu consegui um estágio. Foi meu primeiro trabalho, eu nunca tinha tido assim experiência profissional em caráter oficial. Antes eu tinha feito algumas outras coisas, mas nada remunerado. (Entr. 6)

Ao ingressar no mercado de trabalho, os egressos desenvolveram suas atividades e ocupações em diversas áreas, dentre elas: recepcionista, assistente administrativo, autônomo, entre outros.

Na verdade com 16 anos trabalhei de recepcionista, depois trabalhei como assistente administrativa, e na época que eu comecei a fazer faculdade estava trabalhando como assistente administrativa. Sai da empresa em que trabalhava e fui para uma empresa do grupo Bradesco, onde estou até hoje. (Entr. 1)

Antes de me formar, consegui uma vaga na área, mas como analista de suporte. Passei oito meses e sai. Fiquei seis meses parado. Também trabalho com eventos, e sou fotógrafo também. (Entr. 2)

A partir do curso eu já comecei a trabalhar como autônomo, mas não mais como ajudante na construção civil, mas eu passei a trabalhar por conta na área de elétrica, fazendo instalação residencial e predial. (Entr. 3)

Identificamos também nas respostas do questionário eletrônico II, outras atividades desenvolvidas pelos egressos antes de cursarem a graduação. São elas: assistente administrativo, promotora de vendas, comércio, auxiliar administrativo, técnico de informática, operadora de telemarketing, auxiliar de escritório, copeira, estagiário, aprendiz, técnico químico, secretária, auxiliar financeiro, área administrativa, ajudante geral, guarda mirim, atendente de cantina, assistente, fiscal do Procon, operadora de caixa em supermercado, administração de imóveis e escriturária. Os egressos encaram a trajetória ocupacional como uma jornada, e em alguns momentos, atribuem a si mesmos a responsabilidade pelo êxito. Surge com destaque o esforço em manter-se sempre atualizado, através de cursos de capacitação, certificação e idiomas, como mecanismo de melhorar a colocação no mercado de trabalho.

Eu destacaria primeiro a vontade. Esse é o meu diferencial. Sou um cara perspicaz, e é isso que ajuda muito. Por exemplo, eu não tenho inglês, e para entrar no Pinheiro Neto e até mesmo no BMA, tinha que ter um inglês afiadíssimo, teria que falar como eu falo a minha primeira língua, sem dúvida. E eu consegui porque tinha outros cursos, outras qualidades que me destacavam mais do que o inglês, e que me daria possibilidades de seguir a carreira de qualquer forma assim como os outros. Isso já faz uma grande diferença. E eu sempre fiz muitos cursos, então eu era muito interessado. Se tivesse um Congresso de Direito Tributário ou Criminal,



quando eu trabalhava em Criminal, eu ia assistir o Congresso. Além disso, ia estudar cursos fora da faculdade. (Entr. 4)

Num contexto em que as tecnologias e os saberes estão em constantes mudanças e atualizações, o conhecimento é colocado como principal elo entre o indivíduo e uma boa colocação no mercado de trabalho, tendo por objetivo, dentre vários motivos, a melhoria da sua condição socioeconômica.

O PROUNI serve como verdadeiro elevador social, porque quando você tem o acesso à universidade, tanto no ponto de vista pessoal, como do profissional, e automaticamente, financeiramente ele vai te dar estabilidade. Então eu só tenho análise positiva, não só para mim, assim como todos meus colegas que fizeram o PROUNI, que passaram pelo PROUNI. (Entr. 3)

Antes não tinha uma profissão definida, e nem condições financeiras para fazer um curso superior, já que para mim, que passei ao longo dos meus 37 anos por cerca de 10 escolas até concluir o ensino médio, seria missão impossível, por exemplo, passar no vestibular de uma universidade federal ou estadual, [...], e o Enem foi fácil para mim, bastou-me uma tentativa e tive a oportunidade de ter uma profissão com bolsa integral. Trabalhei em várias áreas operacionais, continuei como copeira até a conclusão do curso porque era de seg. a sex. e usava o meu VR para o lanche da faculdade. Como estagiária, o meu salário que já era pouco caíria pela metade. Hoje, como pedagoga, tenho muito mais facilidade em encontrar emprego e minha renda dobrou depois que eu me formei, graças ao PROUNI. (Egr.2/10)

Os egressos reconhecem as desigualdades sociais no Brasil e as barreiras que enfrentam para que elas sejam eliminadas. No entanto, sabem quais são as regras e não ignoram que o acesso à Educação Superior e à obtenção de um diploma seja muito importante em suas vidas.

Quando estou no programa e saio para me dedicar a minha militância política, primeiro a minha formação me ajuda muito a desenvolver a minha universidade, lutar contra os contratemplos, a falta de recursos às vezes para tirar uma xerox pra um trabalho acadêmico. E lutar contra esses contratemplos, através da minha consciência política me ajudou a superar isso com mais facilidade, sem contar que tive mais facilidade do aprendizado, porque boa parte eu já tinha adquirido dentro de uma formação política, e então isso também contribuiu para essa minha trajetória. Mas sem dúvida, sem o programa eu não teria tido esse trampolim, talvez eu tivesse me desenvolvido no escritório, coisa que provavelmente nem traria minha felicidade. (Entr. 5)

O acesso à Educação Superior e ao mercado de trabalho para os egressos significa ampliar suas expectativas em relação ao futuro profissional. Em todos os relatos abaixo, identificamos uma vontade de crescer profissionalmente e de expandir as possibilidades, tanto profissionais, quanto pessoais.

A primeira coisa que desejo é trocar de trabalho, pegar uma experiência nessa área em que estou, que é de compras. Durante a faculdade, acabei não procurando outro emprego, permaneci nesse que eu estou. Então agora é pegar experiência nessa área de compras ou em qualquer outra área em que eu possa agregar conhecimentos. (Entr. 1)

Agora eu vou fazer umas pesquisas sobre especialização, ou mesmo uma pós-graduação. To procurando isso. Eu to fazendo a pesquisa, mas to procurando certificações. (Entr. 2)

Como eu sou professor do ensino fundamental e médio, a minha intenção é chegar a ser professor universitário. Então preciso ter mais acesso, que está difícil ainda, queria fazer uma pós, um mestrado. (Entr. 3)

A minha perspectiva profissional está mudando muito. Trabalhei na área pública e não me identifiquei. Trabalhei na área privada como advogado, e acho que me destaco melhor, tenho mais o perfil executivo. Penso em que daqui até os meus trinta anos montar escritório nesse ramo. Não que seja uma empresa, mas ter algo meu. Pretendo ir agora para o Canadá, e isso é profissional porque eu vou estudar inglês e francês. É para o meu currículo, é meu investimento, um grande investimento inclusive. (Entr. 4)

Tenho vontade de sair daqui, e de dar aula em uma universidade. Manter o cargo no Estado, até para uma futura aposentadoria, manter a estabilidade, mas conseguir dar aula em uma instituição universitária. (Entr. 5)

A minha segunda graduação agora de filosofia e meu atual trabalho é produto direto dessa política afirmativa do PROUNI que me colocou me ajudou a ter isso que tenho hoje: poder contribuir com orçamento da família, poder fazer uma segunda graduação, ter um trabalho que eu sempre quis ter. (Entr. 6)

A implementação de políticas públicas como o PROUNI torna-se cada vez mais relevante no sentido de garantir que a juventude não fique invisível às ações do poder público, e de assegurar que mais jovens possam ter acesso à Educação Superior, assim como à inserção no mercado de trabalho, não só através da disponibilidade de vagas, mas também de emprego com qualidade, permitindo à juventude novas perspectivas para si e também para sua família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa expectativa foi demonstrar a relevância social da implementação de políticas públicas de acesso à Educação Superior, de modo a contribuir para a redução das desigualdades, possibilitando nova perspectiva socioeconômica aos jovens de baixa renda em nosso país, e excluídos da universidade.

A universidade cumpre uma função destacada na produção do conhecimento e desenvolvimento de pesquisas no Brasil, e deve ser considerada como uma questão nacional.

A ampliação do acesso à Educação Superior é cada vez mais necessária, e essa agenda precisa se tornar prioridade como política de Estado.

O acesso à educação em todos os níveis, como um direito social, torna-se cada vez mais fator estratégico de desenvolvimento de uma nação como o Brasil, no que se refere, não somente aos aspectos econômicos, mas também, aos aspectos de elevação da escolaridade, de desenvolvimento cultural, de ampliação das oportunidades e do acesso equânime ao conhecimento pela juventude brasileira.

O Estado deve responder às demandas sociais apresentadas pela sociedade através da implementação de políticas sociais de caráter público em áreas importantes para o conjunto da população, tais como: educação, saúde, transporte, moradia, entre outros.


O PROUNI surge num contexto de atender emergencialmente uma demanda reprimida de acesso à Educação Superior. Em se tratando de uma política pública conjuntural, é permeada por uma série de contradições, num contexto de expansão da Educação Superior a partir da lógica do setor privado da educação, em detrimento de maior investimento do setor público, em especial a partir da década de 1990, conforme já apresentado.

No caso específico da Educação Superior, a iniciativa do poder público com a implementação do PROUNI, surge numa perspectiva de responder de forma imediata à pressão social de acesso, em especial, do público jovem. No entanto, cabe uma reflexão sobre o prazo de validade de uma política como o PROUNI: mesmo considerando sua relevância social, o poder público deve estabelecer mecanismos que possam inverter a lógica do caráter privado da Educação Superior atualmente no Brasil, e garantir a expansão da universidade pública.

Soma-se à expansão de vagas na universidade outro fator relevante, que diz respeito à necessidade de maior investimento na qualidade do ensino público em todos os níveis educacionais, de forma a permitir que a juventude tenha a mesma condição de acesso à Educação Superior.

O acesso aos níveis educacionais, desde a educação fundamental até o nível superior, isoladamente, não são suficientes para garantir uma ascensão social, mas sem o acesso à educação, certamente torna-se mais difícil uma evolução desses jovens na escala social brasileira.

É necessário refletirmos que as barreiras sociais superadas pelos egressos do PROUNI não podem ser observadas somente numa lógica de conquistas individuais,



e sim numa perspectiva coletiva inserida em um contexto favorável de desenvolvimento econômico e social atualmente no Brasil. No entanto, as desigualdades sociais ainda persistem, e o desafio para a inclusão social e educacional da população brasileira ainda se configura como um dos principais desafios do poder público.

No que se refere ao mercado de trabalho, ainda persiste a lógica da valorização da educação numa perspectiva instrumental de formação de mão-de-obra para atender as demandas do setor produtivo. Além disso, temos a pressão individual de qualificação profissional dos egressos, que são desafiados a estarem cada vez mais preparados para as “disputas” no mercado de trabalho. Nesse cenário, verificamos uma adequação da Educação Superior, em especial, das IES privadas, no sentido de oferecer cursos e formações direcionados para dar conta de atender às novas demandas profissionais.

Os egressos do PROUNI apresentam uma perspectiva positiva em relação à oportunidade de acesso à Educação Superior que o Programa proporcionou. Consideram a relevância no que se refere às melhorias das suas condições de vida, mas apresentam a expectativa de que cada vez mais o acesso à universidade se afirme como um direito assegurado à juventude, de forma permanente e não mais como uma política emergencial.

Ao pensarmos em desenvolvimento nacional, temos que levar em conta a importância de assegurar que a juventude trabalhadora tenha acesso à Educação Superior, não somente como meio para a mobilidade social e melhorias na condição de vida, mas também no sentido do pertencimento enquanto sujeito de direitos sociais.

O acesso à universidade para os egressos do PROUNI representa uma nova perspectiva de ampliar o conhecimento, as relações sociais, as possibilidades de formação profissional, acesso ao mercado de trabalho e mobilidade social. Além de todos esses fatores, também aparece como aspecto de grande relevância a conquista de um direito negado até então a esses jovens – o acesso à Educação Superior.

O PROUNI se constitui como uma política pública de Educação Superior que atende majoritariamente os jovens. No entanto, temos que considerar que existe uma parcela significativa da população que já tinha abandonado o sonho de ingressar na universidade e consegue retomar esse projeto através do Programa.

O acesso ao PROUNI para os egressos representa uma perspectiva de ampliar o conhecimento, a formação

profissional, a qualificação para o mercado de trabalho e para a evolução na carreira.

A trajetória ocupacional dos egressos é marcada por dificuldades e obstáculos, em especial, no que diz respeito à transição escola-trabalho. Essa transição é permeada pelo ingresso precoce no mercado de trabalho, em muitos casos, interrompendo os ciclos educacionais. Mesmo assim, superam essas barreiras e conseguem chegar à universidade, o que, para muitos, representa um sonho realizado. Além disso, destacam a necessidade de se manterem sempre atualizados, tendo como principal objetivo o crescimento pessoal e a ampliação das possibilidades em relação ao futuro profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bobbio, N.; Matteucci, N.; Pasquino, G. (2008). Dicionário de Política. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Corrochano, M. (2011). Trabalho e educação no tempo da juventude: entre dados e ações públicas no Brasil. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho. Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil. São Paulo: Petrópolis. 45-72.

Cury, C. (2002). Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. In: Cadernos de Pesquisa. Fundação Carlos Chagas, n. 116. São Paulo/Campinas: Autores Associados. 245-262.

Diário Oficial da União - Poder Executivo (2005). Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Brasília, DF.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Acesso em 01 de maio de 2012 de <http://www.ibge.gov.br>

Organização Internacional do Trabalho - OIT (2009). Trabalho decente e juventude no Brasil. Brasília: OIT.

Pastore, J. (1979). Desigualdade e mobilidade social no Brasil. São Paulo: T.A. Queiroz: Edusp.

Pastore, J.; Silva, N. (2000). Mobilidade Social no Brasil. São Paulo: Makron Books.

Pochmann, M. (2012). Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo.

Pochmann, M. (2007). A batalha pelo primeiro emprego: a